



Câmara Municipal de Londrina
Estado do Paraná

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 283/2014

RELATÓRIO

De autoria do **Executivo Municipal**, o projeto, que recebeu o Substitutivo nº 1 da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, tem por objetivo:

a) **Desafetar** de uso comum do povo e/ou especial o lote 13 da Gleba Jacutinga, com área de 2.212,00 m²;

b) **Autorizar** o Instituto de Desenvolvimento de Londrina – Codel a doar a área de terras descrita na alínea anterior a empresa *Hertz Power Eletromecânica Ltda.*, para transferência de instalações e ampliação dos negócios, cujo ramo de atividade é o comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial;

c) **Revogar** a Lei nº 10.384/2007, que autoriza a doação da área, objeto deste projeto de lei, a empresa *A. C. Dois Indústria e Comércio de Móveis Ltda.*

Apensos ao projeto, dentre outras, cópias dos seguintes documentos:

- Ata da Reunião da Comissão Especial de Planejamento, Implantação e Acompanhamento Industrial de Londrina, realizada em 11 de junho de 2014;
- Laudo nº 44/2014, da Comissão Permanente de Avaliação de Bens;
- Registro público do imóvel no 2º Ofício da Comarca de Londrina;
- Justificativa de interesse público da doação;
- Orientações da Procuradoria-Geral do Município;
- Termo de desistência da empresa *A. C. Dois Mil Indústria e Comércio de Móveis Ltda.*



Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER TÉCNICO

A Lei Orgânica do Município (Inciso XXII, artigo 49) confere ao Prefeito atribuição para alienar bens imóveis, mediante prévia e expressa autorização legislativa, e a Lei Federal nº 8.666/93, que estabelece normas de Licitações e Contratos, no que tange à alienação, por doação, de bens da Administração Pública, prevê no artigo 17, inciso I, as seguintes exigências:

- a) Justificativa de interesse público;
- b) Prévia avaliação; e
- c) Autorização legislativa.

A dispensa de licitação para doações de bens públicos a particulares é admitida pelo § 4º do art. 17 da citada Lei nº 8.666/93, desde que a proposta esteja revestida do interesse público.

Portanto, caberá ao Plenário decidir pelo interesse público da presente doação.

Decidido pelo interesse público e convertida a proposta em lei, o Executivo deverá providenciar, como condição para eficácia dos atos, o processo de dispensa de licitação com sua devida publicação no Jornal Oficial do Município, conforme dispõe o art. 26 da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993).

“Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

(...)”

O projeto contempla os seguintes dispositivos para salvaguardar o patrimônio municipal e para justificar o interesse público, dentre os quais destacamos:



Câmara Municipal de Londrina *Estado do Paraná*

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

- Início e término das obras de expansão, com 1.200,00m² (art. 4^o);
- Reversão dos imóveis ao domínio do Município com todas as benfeitorias introduzidas, caso os prazos de execução das obras não sejam cumpridos; (art. 4^o)
- A donatária deverá, além de cumprir todas as exigências prescritas na Lei nº 5.669/1993, *que dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Industrial do Município de Londrina e dá outras providências*, **criar e manter 25** empregos diretos (art. 5^o, II);
- Em relação à Lei nº 9.284, de 18 de dezembro de 2003, que estabelece normas para as doações, as concessões de direito real de uso e as permissões de uso de imóveis do Município, a donatária deverá:
 - a) obedecer às normas de equilíbrio ambiental e as relativas à segurança e à medicina do trabalho (art. 6^o, I); e
 - b) comprovar a destinação de empregos para pessoas portadoras de deficiência em percentual fixado em lei (art. 6^o, II).
- Deverá comprovar a destinação de empregos para pessoas com mais de quarenta anos de idade, para atendimento do artigo 41-B da Lei nº 5.669/93 (art. 7^o, I);
- Remete ao Instituto de Desenvolvimento de Londrina – Codel a incumbência para fiscalizar as condições estabelecidas nas leis nºs 5.669/1993 e 9.284/2003 (art. 8^o);
- Que a donatária obriga-se a apresentar documentos que comprovem a adimplência com instituições financeiras, em caso de financiamento para as obras, visto que será a ela autorizado o registro de hipoteca no imóvel (artigos 10, 11 e 12);
- Define que as despesas de escrituração do imóvel, inclusive o Imposto Sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de



Câmara Municipal de Londrina
Estado do Paraná

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Quaisquer Bens e Direitos – ITCMD correrão às expensas da donatária (art. 13).

Do ponto de vista orçamentário, o projeto é compatível com o Plano Plurianual, com as Diretrizes Orçamentárias e com o Plano de Desenvolvimento Industrial de Londrina – PDI, instrumentos estes que evidenciam os programas e as políticas do governo, voltados ao desenvolvimento econômico e tecnológico para a geração de empregos e renda em nosso Município.

A Ata da Reunião da Comissão Especial de Planejamento, Implantação e Acompanhamento Industrial de Londrina, realizada em 11 de junho de 2014, comprova a avaliação do pleito e sua aprovação.

Para atendimento da Lei de Licitações, os membros da Comissão Permanente de Avaliação instituída pelo Decreto Municipal nº 243/2013, avaliaram o imóvel sob análise em **R\$ 745.000,00** (setecentos e quarenta e cinco mil reais), conforme Laudo nº 44/2014.

Pelo exposto, esta assessoria técnica nada tem a opor ao prosseguimento da tramitação do projeto por esta Casa, que fica à disposição dos nobres vereadores para análise de mérito, especialmente quanto aos apontamentos da assessoria jurídica, em seu parecer, relativos à substituição da doação do imóvel pela concessão de direito real de uso.

Londrina, 12 de março de 2015.

Wagner Vicente Alves
Controladoria



Câmara Municipal de Londrina
Estado do Paraná

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

VOTO DA COMISSÃO AO PROJETO DE LEI Nº 283/2014

Acatamos o parecer da assessoria técnica e manifestamo-nos favoravelmente à normal tramitação do projeto pela Casa, na forma do Substitutivo nº 1, tendo em vista o interesse público da doação.

Sala das Sessões, 12 de março de 2015.

A COMISSÃO:

Mario Takahashi
Presidente/Relator

Padre Roque
Vice-Presidente

Gustavo Richa
Membro